

Reforma fortalece as lideranças políticas

por Getúlio Bittencourt
de Brasília

O primeiro efeito da reforma monetária sobre a política brasileira foi o fortalecimento das lideranças civis. Entre elas, fortaleceu-se especialmente o presidente José Sarney e, com ele, o presidencialismo como forma de governo.

Enquanto o presidente Sarney parecia frágil, incapaz de impor-se ao sistema político, o regime parlamentarista parecia inevitável e, provavelmente, viria com a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Agora que ele está mais seguro que qualquer presidente civil desde a ditadura de Getúlio Vargas, o presidencialismo consolida-se.

Sarney firmou-se no poder ao criar uma moeda forte, com seu autógrafo no decreto-lei da reforma monetária, ao fechar o ciclo autoritário aberto em 1964 e consolidado no ano seguinte pelo marechal Castello Branco, também com uma reforma monetária, a que fez o cruzado novo.

Ao contrário de Castello Branco, porém, Sarney fez sua reforma com apoio popular, especialmente porque teve o cuidado de preservar o poder aquisitivo que o marechal reduziu há 21 anos. Na sua esteira, os líderes civis reabilitaram-se. O índice de aprovação popular ao presidente civil chegou a 80% em recente pesquisa, um teto semelhante ao obtido, sob censura, futebol e violência, pelo mais popular dos presidentes militares, o general Emílio Garrastazu Médici.

O novo poder dos civis firma-se, contrariando uma teoria do próprio presidente Sarney, que, como presidente do PDS, entendia que a democracia só se firmaria no Brasil pela criação e enraizamento de partidos políticos nacionais. Não que ele tenha mudado de opinião. O que acontece é que os líderes civis desmontaram, enquanto o sistema partidário herdado da ditadura militar lentamente se desmancha.

NOVOS GRUPOS

Com seu programa para zerar a inflação, o presidente conseguiu, num primeiro momento, frear a desmontagem do PMDB. O maior partido político do País e principal suporte da Aliança Democrática, que sustenta o governo civil, exibia todas as rachaduras de sua frente interna e ameaçava deixar Sarney à deriva.

A desmontagem foi adiada, mas provavelmente será concluída na Constituinte, por uma combinação de fatores. As frentes devem desarticular-se ali porque, na votação de cada artigo da nova Constitui-



José Sarney

ção, os congressistas eleitos terão de se definir com um inequívoco "sim" ou um terminante "não". Nesse processo só os grupos políticos devem aglutinar-se segundo a nitidez de suas posições.

Para se ter uma idéia da transparência que cada voto nominal dos constituintes deverá apresentar, preciso ter em mente certas votações históricas do Congresso, como a da Lei do Divórcio, no governo Ernesto Geisel, e a do Decreto-lei da Política Salarial, no fim do governo João Figueiredo. O interesse popular pela Constituinte deverá ser semelhante ao desses episódios que paralisaram o País.

SEM FIDELIDADE

Outro motivo que facilitará a reforma partidária está no fim da fidelidade partidária, uma medida indispensável para o livre funcionamento da Constituinte. Além disso, espera-se que em novembro o índice de renovação dos parlamentares seja muito elevado, em torno de 75%, diante da média histórica de 50% nos últimos quarenta anos.

A renovação será certamente mais elevada porque muitos setores sociais passaram a se interessar por uma vaga na Constituinte: empresários, médicos, trabalhadores e mulheres. Os políticos tradicionais sofrerão essa concorrência dos novos aspirantes com maior intensidade. O fato de parcela considerável dos constituintes ser formada por políticos principiantes deve igualmente estimular a renovação do sistema partidário.

A força pessoal do presidente Sarney colocou fora de questão a eleição presidencial direta já, retirando do cenário as candidaturas de Leonel Brizola e Jânio Quadros. Hoje, parece seguro que Sarney terá no mínimo os quatro anos que desejava antes da reforma monetária. Mas não parece mais um despropósito imaginar que a Constituinte negocie com ele o mandato, como fez a Constituinte de 1946 com o marechal Eurico Gaspar Dutra. Eleito por seis anos, como Sarney, Dutra propôs aos constituintes a redução de um ano em seu mandato, e governou cinco.